



INTRODUÇÃO À GEOPOLÍTICA

Roberto Machado de Oliveira Mafra

Tenente-Coronel de Cavalaria da Turma de 15 Fev 55, promovido ao posto atual, por merecimento, em 30 Ago 75.

Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Instrução Especializada, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e o de Aperfeiçoamento em Estudo de Problemas Brasileiros (UERJ).

Exerce, atualmente, a função de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Carlos Athaydes de Lima Abreu

Tenente-Coronel de Cavalaria da Turma de 20 Dez 56, promovido por merecimento ao posto atual em abril do corrente ano.

Possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Especializou-se em "Relações Internacionais" na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, sendo autor de trabalhos sobre Geopolítica.

Atualmente exerce a função de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No presente trabalho os leitores terão oportunidade de encontrar, além das origens e dos fundamentos, os principais conceitos, escolas, teorias e elementos básicos da Geopolítica.

Os coordenadores pretenderam, como Instrutores da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, reunir as principais idéias dos estudiosos do assunto em um único volume, com a finalidade de mais facilmente ambientar os oficiais alunos no estudo da Geopolítica, responsável por tantas decisões políticas no passado e ainda orientadora de importantes decisões, no presente e no futuro.

Com esse objetivo foi realizado um extrato das principais obras e de artigos dos autores constantes da bibliografia, o que tornou possível a organização do presente trabalho.

2. ORIGENS E FUNDAMENTOS DA GEOPOLÍTICA

A utilização de raciocínio tipicamente geopolítico como processo de interpretação de fatos geográficos, visando à formulação de soluções de caráter político para atender a interesses específicos das mais diversas naturezas, tem sido uma constante entre estadistas, diplomatas, militares, filósofos, geógrafos e historiadores de todo o mundo ao longo da história da humanidade. Pensamentos e conceitos de caráter nitidamente geopolítico podem ser encontrados nas obras de autores célebres, desde ARISTÓTELES e ESTRABÃO, na Antiguidade Clássica, até ALBERTUS MAGNUS e MAQUIAVEL, na Idade Média, prosseguindo com MONTESQUIEU, KARL RITTER, NAPOLEÃO e EMANUEL KANT, na Idade Moderna. O célebre tratado de Tordesilhas, assinado pelo Papa ALEXANDRE VI em 1494, foi uma das mais amplas e importantes ações geopolíticas já realizadas no Mundo Ocidental. A fundação da COLÔNIA DO SACRAMENTO, determinada pela metrópole lusitana em 1680; a compra do ALASCA pelos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, em 1867; a abertura do Canal do PANAMÁ, em 1867, por iniciativa e sob a responsabilidade do governo americano, foram, igualmente, clássicas ações geopolíticas praticadas pelos Estados participantes em função de interesses específicos da época, cujos resultados no campo internacional se projetam no presente.

Todavia, os estudos sistemáticos de cunho essencialmente geopolítico só tiveram início com FREDERICH RATZEL (1844-1904), professor de Geografia em LEIPZIG e MUNIQUE, e autor de diversos trabalhos que vieram a servir de base para o estabelecimento de uma verdadeira ciência geopolítica. Foram os seus estudos e conceitos sobre a natureza política, social e geográfica do Estado que o credenciam, hoje, como o precursor da Geopolítica. Na sua obra "Geografia Política", considera o Estado como resultante do binário solo-homem; o homem influenciando o Estado através da cultura e da atividade política, enquanto o Estado permanece ligado irremediavelmente ao solo, como um organismo vivo e, por isso mesmo, sujeito a leis biológicas inevitáveis. É sobre o solo do Estado, no "espaço político" ou "território", que o homem exerce suas atividades, as quais, se enérgicas, predis põem o Estado ao crescimento; se débeis, ao enfraquecimento e à extinção. Crescimento do Estado quer dizer, no conceito ratzeliano, aumento da base física, ou seja, do território original.

Com base nessas premissas, formulou as denominadas "Leis do Crescimento dos Estados", também chamadas "Leis dos Espaços Crescentes", que até hoje constituem aforismos geopolíticos. Essas leis são as seguintes:

- o espaço dos Estados cresce com a sua cultura;
- o crescimento espacial dos Estados segue outras manifestações do crescimento dos povos, que necessariamente o precedem;
- o crescimento dos Estados decorre de um processo de amálgama, pela soma de pequenas unidades;

- em seu crescimento, os Estados lutam pela absorção das seções políticas mais valiosas;
- a tendência geral para a anexação territorial e amálgama transmite o impulso de Estado a Estado, aumentando de intensidade o processo decorrente.

As “Leis de Crescimento dos Estados” enunciadas por RATZEL, principalmente as acima transcritas, baseadas nos princípios de investigações geográficas recém-surgidas com HUMBOLDT e RITTER, e confirmadas pelas investigações históricas, foram o traço de união entre a teoria ratzeliana do Estado, de caráter filosófico, e a construção da teoria geopolítica com caráter de Ciência Social. Partindo delas foi que a Geopolítica pôde ser sistematizada através das obras de KJELLÉN, MACKINDER e HAUSHOFER. Em consequência das “Leis dos Espaços Crescentes”, outras leis básicas surgiram, tais como:

- “a área mundial está dividida em zonas de influência, dentro das quais cada Estado tem uma importância relativa, de acordo com seus aspectos particulares;
- os Estados encravados entre outros mais poderosos se vêem sempre no dilema de optarem pela política de um deles;
- a posição relativa ideal para um Estado é a de ser rodeado de outros de menor potencialidade; Estados fracos, vizinhos de Estados poderosos, correm o risco de cair na órbita de influência destes; Estados poderosos e vizinhos, mas de interesses opostos, criam um ambiente de intranquilidade, cuja solução, às vezes única, é a guerra;
- em casos típicos de excesso de população, os efeitos da pressão demográfica transpõem as fronteiras e penetram pelos vizinhos. É o conceito expansionista”.

RUDOLF KJELLÉN (1846-1922), professor da Universidade de GOTEM-BORG, na SUÉCIA, foi o criador do termo “Geopolítica” e o responsável pelo reconhecimento de uma justa autonomia para os estudos referentes à matéria, de modo a elevá-la, para prosseguimento do trabalho pelos seus sucessores, à categoria de ciência aplicada. Impressionado pelas teorias de RATZEL sobre a natureza orgânica dos Estados, abandonou a orientação jurídico-filosófica que até então predominava no estudo da ciência política e passou a analisar o fenômeno estatal por processos rigorosamente científicos, nos moldes usados pelas demais ciências físicas, naturais e sociais. Não só analisou o Estado em sua estrutura íntima, sob o ponto de vista jurídico, social e econômico, como foi mais longe, procurando em aspectos tangíveis as bases em que o mesmo se fundamenta.

Para KJELLÉN, na origem do Estado se encontram elementos de direito e elementos de força ou de ordem física. Não é possível ver-se o Estado apenas sob o ângulo jurídico, enriquecido das contribuições subsidiárias da sociologia e da economia. O Estado deve ser analisado sob o aspecto global, dando-se igual ênfase à in-

investigação dos fatores que o compõem. Daí a necessidade da ciência política abarcar todos os fatores componentes do Estado. Dentro desse raciocínio, KJELLÉN adotou um novo método para o estudo da Política, analisando-a sob cinco aspectos, na ordem natural e lógica de importância, como se segue:

- Geopolítica: determina a influência do solo (situação, valor do território ocupado e riquezas naturais) nos fenômenos políticos.
- Ecopolítica: influência dos fatores econômicos nos fenômenos políticos.
- Demopolítica: estudo do Estado como nação (povo).
- Sociopolítica: estuda a influência dos grupos e classes sociais na evolução nacional.
- Cratopolítica: estuda a política de governo, de poder.

KJELLÉN foi, além do criador dessa nova doutrina de Estado, o seu sistematizador. No campo mais restrito da Geopolítica, que é o nosso interesse no momento, também foi o principal arquiteto. No livro "O Estado como Forma de Vida" (1918), onde primeiro apareceu o termo, considera a Geopolítica como o ramo da Política que estuda o Estado como organismo geográfico ou, mais exatamente, como fenômeno de espaço, portanto como país, "territorium" e "dominium". Concebia os Estados como seres vivos, organicamente unidos ao solo, sempre em luta por maior espaço. Como conclusões práticas do seu pensamento estabeleceria certos postulados:

- "Estados vitalmente fortes, com uma área de soberania limitada, são dominados pelo categórico imperativo político de dilatar seus territórios, pela colonização, pela união com outros Estados ou pela conquista.
- Aos Estados pequenos parece estar reservada, no mundo da política internacional, sorte idêntica à dos povos primitivos no mundo da cultura; são repelidos para a periferia, mantidos nas áreas marginais ou zonas fronteiriças, ou desaparecem.
- Quando mais o mundo se organiza, mais os vastos espaços, como Estados grandes, fazem sentir sua influência e, quanto maior o desenvolvimento dos grandes Estados, menor a importância dos pequenos".

Além de adotar o ponto de vista de RATZEL sobre a natureza do Estado como unidade biológica que possui as características e a vitalidade de um organismo vivo, ampliou o conceito, introduzindo a idéia de nacionalismo. Segundo ele o nacionalismo dá expressão característica do Estado. Território e espaço, conseqüentemente, passam a ser robustecidos pelo misticismo com a inclusão do conceito de nacionalismo, o qual, devido à sua ampla e sugestiva significação, pode ser empregado para abrir novos e vastos horizontes.

Por essa descrição sintética sobre o pensamento e as concepções de RATZEL e KJELLÉN, é possível verificar-se a extraordinária percepção desses dois estudiosos, avançada de cinquenta anos, com respeito às formidáveis convulsões expansionistas que tão tristemente têm caracterizado o século XX.

O fim do século XIX marcava a fase áurea da política do "equilíbrio do poder". O mundo repousava, então, no incontestável poderio naval da INGLATERRA. Era o período da denominada "paz britânica" que durou um século, estendendo-se da batalha de WATERLOO à do MARNE. Foi a época em que essa nação, pelo efetivo domínio dos mares e o peso político e econômico de sua vontade, obtinha das demais nações pela persuasão, se possível, ou pela coerção, se necessário, a anuência na manutenção da paz através da aplicação dos princípios do Direito Internacional. Os pequenos Estados eram contados como fatores de equilíbrio internacional e as Nações maiores procuravam aumentar o poder relativo por meio de pactos ou alianças com esses Estados. A política do "Estado-tampão" tinha por fim prevenir hegemonias, garantir a segurança de uma fronteira ou área estratégica de interesse de dois ou mais Estados fortes e criar, com a sua existência, zonas de equilíbrio mundial.

Mas, por detrás dessa calma aparente já se organizavam as forças que deveriam explodir, com fúria sanguinária, na primeira metade do século XX. O mito de superioridade ariana, surgido em 1853, na FRANÇA, com GOBINEAU, foi a semente que frutificaria no racismo de HITLER; da filosofia social de MARX e ENGELS derivaria a fase realizadora e agressiva do comunismo de LENINE, TROTSKY e STALIN. O "status quo" europeu, baseado no poder marítimo da INGLATERRA, começaria a sofrer contestações por parte de um poder terrestre que se estruturava, tendo como sede a ALEMANHA.

Esses antagonismos, no entanto, já haviam sido detetados e assinalados nos estudos de RATZEL e KJELLÉN, particularmente naqueles que envolviam o possível conflito futuro entre um poder marítimo e um poder terrestre. KJELLÉN, principalmente, teve a visão de que a ALEMANHA do começo do século XX seria o centro do poder terrestre que se levantava para o futuro e, possivelmente, a sucessora da INGLATERRA como mais importante potência mundial. A partir de então, as interpretações sobre o surgimento e posterior comportamento de um poder terrestre, em face da existência de um poder marítimo incontestável, tornaram-se um dos temas de maior preocupação para os primeiros estudiosos de Geopolítica.

Um professor de OXFORD, Sir HALFORD MACKINDER (1861-1946), através de suas obras "A INGLATERRA e os Mares Ingleses", "O Eixo Geográfico da História" e "Ideais Democráticos e Realidade", foi o precursor da tese da predominância do poder terrestre sobre o poder marítimo. Para MACKINDER, a região central da EURÁSIA era o "pivot" da política do mundo, em torno do qual giravam todos os problemas internacionais; quem fosse o dominador dessa região, a seu ver, possuiria o mundo. Daí o seu aforismo:

"1 — Quem governar a EUROPA ORIENTAL comandará o "Heartland" (Coração da Terra);



- 2 — Quem governar o "Heartland" Comandarà a "Ilha do Mundo";
- 3 — Quem governar a "Ilha do Mundo" comandarà o mundo".

A compreensão da doutrina de MACKINDER envolve a interpretação de, pelo menos, dois conceitos: o que se deve entender por "Heartland", e o que é a "Ilha do Mundo".

A história da EUROPA, dizia MACKINDER, subordina-se à da ÁSIA, visto que a EUROPA moderna é o produto das incursões marítimas dos vikings e das incursões terrestres das tribos nômades providas das estepes centrais da ÁSIA. Durante milhares de anos, hordas a pé e a cavalo desembocavam da ÁSIA, através do amplo corredor entre os Montes URAIS e o Mar CÁSPIO, atravessando a RÚSSIA meridional e atingindo a HUNGRIA, no próprio coração da península europeia. Essas invasões atingiram o clímax com a incursão mongólica do século XIII. Para MACKINDER, as culturas grega e romana foram, apenas, uma infiltração lateral na EUROPA. A base de onde partiam as invasões era a massa central de terra da EURÁSIA, compreendendo a RÚSSIA ASIÁTICA, o SINKIANG, a MONGÓLIA e as regiões não costeiras do ORIENTE MÉDIO.

Para MACKINDER, a área de terra central batizada como o "Coração da Terra", era concebida como capaz de atender suas próprias necessidades, além de

apresentar-se como uma unidade econômica e militar invulnerável ao poder naval. O "Heartland" seria a maior fortaleza natural da terra e sua extensão e recursos naturais de tal ordem que, se adequadamente organizados, habilitariam ao seu possuidor o domínio do mundo. Prevvia que, na ocorrência de um conflito entre as nações que controlavam os oceanos e as que dominavam a massa terrestre, os trunfos estariam nas mãos dos segundos. Por sua vez, o mais poderoso dono do poder terrestre seria aquele que dominasse o "Heartland".

Prosseguindo na sua teoria, MACKINDER conceituava: "A Ilha do Mundo nada mais é do que a EURÁSIA, conjunto constituído pela ÁSIA e o seu prolongamento ocidental que é a EUROPA, e o continente africano". Além do "pivot" eurasiático, há o resto das terras mundiais, que MACKINDER classificou em dois crescentes concêntricos: o crescente interior, ou marginal, e o crescente exterior, ou insular. O crescente interior compreende toda a franja do continente eurasiático, além do norte da ÁFRICA. O crescente exterior abrange as terras dispostas em torno da EURÁSIA: AMÉRICAS, ÁFRICA (ao sul do SAARA) e AUSTRÁLIA. Portanto, para MACKINDER, o mundo se apresentava com a seguinte configuração geopolítica: ao centro, uma enorme massa continental, sede das potências terrestres da época, RÚSSIA e ALEMANHA; ao redor desse centro, dois crescentes envolventes de potências marítimas. O primeiro crescente, ao alcance da massa continental, pois com ela se limita; o segundo, fora desse alcance, formando um círculo de bases exteriores e insulares.

O desequilíbrio do poder mundial em favor do "Estado-pivot", acarretando uma expansão além das regiões marginais da EURÁSIA — afirmava ele — permitiria o emprego dos vastos recursos continentais para a construção de uma esquadra e, conseqüentemente, o império do mundo estaria à vista. Tal aconteceria, no seu entender, se a ALEMANHA se aliasse à RÚSSIA. Nesse caso a FRANÇA, a ITÁLIA, o EGITO, a ÍNDIA, a INDOCHINA e a CORÉIA seriam cabeças-de-ponte sobre as quais as potências do crescente exterior teriam de basear uma contra-ofensiva a fim de não permitirem o controle dos oceanos por esses Estados. Em caso de fracasso dessa estratégia, as potências do "Heartland" dominariam a "Ilha do Mundo".

O quarto pilar da plataforma sobre a qual se apoiou a base científica da Geopolítica foi a obra de KARL HAUSHOFER, general e professor alemão, elaborada na primeira metade do presente século. Sua contribuição, se não foi significativa no campo da teoria científica, foi capital em termos de ciência aplicada, particularmente como base de apoio à política expansionista alemã que resultou na Segunda Guerra Mundial. Suas concepções projetaram-no como o filósofo do expansionismo alemão. Para ele, a derrota de 1918 fora fruto da aplicação incorreta dos princípios ratzelianos, o que cumpria evitar na próxima guerra, se essa fosse inevitável.

Convencido de que a EURÁSIA era a região de maior resistência aos ataques exteriores e a que oferecia, ao mesmo tempo, melhores possibilidades para a irradiação do domínio universal, foi o maior incentivador de uma aliança da ALEMA-

NHA com a RÚSSIA e o JAPÃO. Idealizou uma EURÁSIA politicamente unida sob a hegemonia da ALEMANHA, por ser essa nação mais culta e líder natural de suas companheiras de aliança.

Como base de suas teorias, HAUSHOFER desenvolveu uma concepção geopolítica que pode ser sintetizada através dos seguintes conceitos:

a. *Autarquia* — Ideal de auto-suficiência nacional, no sentido econômico. Com a Autarquia visava-se a preparação para a guerra: "canhões, em vez de manteiga".

b. *Espaço Vital* — Direito de uma nação de ampliar o espaço para a sua população. Além de simples área, o "Liebensraum" leva em conta os recursos naturais e humanos a serem encontrados em qualquer área reivindicada por um Estado, como seu justo "espaço vital".

c. *Panregiões* — Exprimiam as aspirações territoriais dos geopolíticos germânicos. Cada uma delas combinava latitudes médias e baixas, permitindo uma diversidade de produtos e de recursos minerais. Constituíam-se, em outras palavras, em regiões economicamente auto-suficientes.

Três eram as Panregiões propostas por HAUSHOFER:

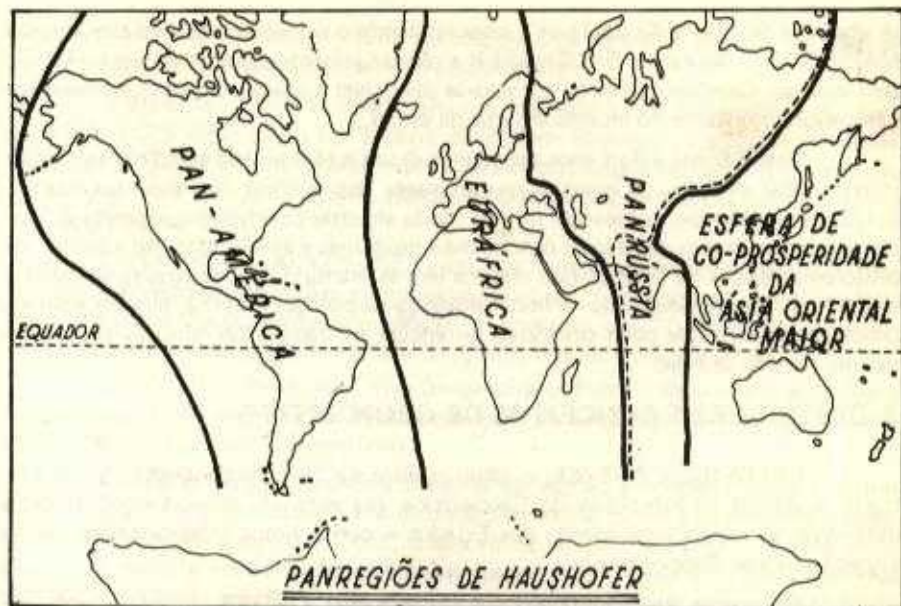
1) A PAN-AMÉRICA, por si mesma separada dos outros continentes por vastos oceanos. Os ESTADOS UNIDOS seriam o país "controlador" dessa Panregião. Os geopolíticos alemães sempre se confessaram admiradores da "Doutrina de MONROE", por encontrarem nela a concepção precursora das Panregiões.

2) A EURÁFRICA, região que compreendia quase toda a EUROPA, a ÁFRICA e o Oriente Médio. Essa Panregião destinava-se ao "controle" da ALEMANHA. Não foram incluídas a INGLATERRA e a URSS, pois isso criaria embaraços. Uma solução para o problema da URSS seria o estabelecimento de uma Pan-Área que englobasse a ÍNDIA. Tal área não teria, no entanto, terras na latitude sul, o que complicava um pouco os teóricos. Na verdade, a solução que mais agradava a HAUSHOFER era entregar a URSS à ALEMANHA, e a ÍNDIA ao JAPÃO.

3) A PAN-ÁSIA, que compreendia o leste do continente asiático, a AUSTRÁLIA e as ilhas adjacentes. O JAPÃO seria o país "controlador" dessa região.

PANREGIÕES DE HAUSHOFER

As concepções geopolíticas de HAUSHOFER e de seus companheiros do Instituto de Geopolítica de MUNIQUE, por ele fundado e dirigido, foram totalmente assimiladas por HITLER, que as inscreveu no "Mein Kampf". O conceito de "Espaço Vital" de KJELLÉN deixou de ser tomado no sentido geopolítico do termo, para se transformar na palavra de ordem das vanguardas hitleristas através da EUROPA. A "Teoria dos Espaços Crescentes", de RATZEL, se transformou em justificativa para a ALEMANHA invadir países vizinhos ou distantes, variando a interpretação de acordo com o interesse do Nacional-Socialismo. Afirmava que, com a posse da



Um panorama das Panregiões principais, baseado em documentos (e não mapas) de geopolíticos. Jamais foram propostas fronteiras específicas para essas regiões.

Uma subdivisão alternativa em 3 regiões conectando a Índia ao Japão e a Rússia à Eurásia, é indicada pela linha pontilhada.

“Ilha do Mundo” pela raça superior dos arianos, estaria assegurando o domínio do mundo, conforme previra MACKINDER.

Acontece, porém, que os geopolíticos russos e, entre eles STALIN, admitiam a concretização da mesma teoria, mas sob a hegemonia da RÚSSIA. Daí o plano de atrair a ALEMANHA com um tratado de não-agressão enquanto aguardariam que a INGLATERRA e os ESTADOS UNIDOS a derrotassem. A liderança que HAUSHOFER supusera poder colocar nas mãos germânicas foi recolhida pela URSS após a Segunda Guerra Mundial, em virtude de uma política altamente inteligente, objetiva e eficiente.

Sob o ponto de vista geopolítico e, numa apreciação genérica, podemos considerar as duas Guerras Mundiais sob um duplo aspecto: em primeiro lugar, como a luta entre o poder germânico e o poder eslavo pelo domínio do “Heartland”, segundo, como o conflito entre o poder terrestre e o poder marítimo pelo domínio do mundo. A partir de 1918 surge a URSS, em substituição ao Império Russo, como uma potência em vias de poder equiparar-se às mais fortes do mundo. Depois de 1945, com a derrota do Eixo, passa a assumir integralmente a condição de senho-

ra absoluta do "Coração da Terra", concretizando o primeiro passo do aforismo de MACKINDER, tão caro a HAUSHOFER e tão tenazmente perseguido por HITLER, sem sucesso. Geopoliticamente, tornava-se previsível a grave ameaça que passaria a pesar sobre o restante do mundo a partir de então.

Nesses trinta e dois anos decorridos desde o término do conflito, a situação internacional evoluiu, de maneira muitas vezes imprevisível, nos aspectos militar, político e econômico, colocando fora de moda algumas conclusões geopolíticas, por ultrapassadas, mas consagrando outras, mais modernas e atualizadas. No entanto, os princípios básicos da Geopolítica clássica têm se mantido válidos através dos anos e podem ser reconhecidos, seja na linha filosófica da política externa, seja em ação estratégica desenvolvida pelas principais potências, no campo das relações internacionais no mundo de hoje.

3. DEFINIÇÕES E CONCEITOS DE GEOPOLÍTICA

FREDERICH RATZEL, o sábio criador da "antropogeografia", foi o primeiro a definir os princípios da Geopolítica. No entanto, em sua obra, embora determine as leis de crescimento dos Estados — como vimos anteriormente — não chegou a definir Geopolítica.

Da mesma forma, o inglês HALFORD MACKINDER, autor da teoria da supremacia do Poder Terrestre, de cunho essencialmente geopolítico, não chegou também a uma definição sobre o termo Geopolítica.

Foi o sueco RUDOLPH KJELLÉN o criador do vocábulo, Geopolítica, quando lançou a teoria do Estado como organismo vivo, intimamente ligado à Antropologia. Segundo ele, "Geopolítica é o ramo da Política que estuda o Estado como organismo geográfico ou como fenômeno de espaço, portanto como País, território e domínio, ou mais exatamente, como "Reich".*

O General KARL HAUSHOFER definiu Geopolítica como sendo "a ciência que trata da dependência dos fatos políticos em relação ao solo". A Geopolítica, segundo ele, "aspira proporcionar as armas para a ação política e os princípios que servem de guia para a vida política; é a arte da atuação política na luta de vida e de morte dos organismos estatais pelo Espaço Vital". O prosseguimento dos estudos relativos ao assunto veio proporcionar a oportunidade para que outros autores definissem o vocábulo de acordo com os rumos que imprimiram aos seus trabalhos ou com os enfoques particulares de cada um a respeito da nova ciência.

Assim, o General MARIO TRAVASSOS conceituou a Geopolítica como "o processo interpretativo dos fatos geográficos, em seus aspectos positivos e negativos, de cuja soma algébrica deve resultar um juízo da situação de um país, no momento considerado, não como um julgamento definitivo, fruto de uma predestina-

*"Reich" é uma palavra difícil de traduzir em português, porque nela está contido o sentido de solo político e de quanto nele se encerra, isto é, o "dominium" propriamente dito, no sentido latino do vocábulo.

ção de caráter determinista e, muito menos, de uma forma de sedução coletiva, visando a objetivos políticos nem sempre confessáveis.

DERWENT WHITTLESEY, em um capítulo sobre Geopolítica, no livro de EDWARD MEAD EARLE, "Makers of Modern Strategy", diz que a "Geopolítica é uma criação do militarismo e um instrumento de guerra; como seu nome deixa antever, ela é ramo, ao mesmo tempo, da Geografia e da Ciência Política, gêmea da Geografia Política".

EVERARDO BACKHEUSER, um dos mais importantes geopolíticos brasileiros, apoiando-se em razões etimológicas, diz que "Geopolítica é a Política feita em decorrência das condições geográficas" e, portanto, que "Geopolítica não é parte ou capítulo ou parágrafo da ciência Geografia, mas de ciência Política".

JOHN SPYKMAN, em "The Geography of Peace", esclarece que a palavra Geopolítica "pode ser aplicada ao planejamento da segurança política de um país, em termos de seus fatores geográficos".

Como se verifica, existem diversas definições e conceitos para o termo Geopolítica. Essa diversidade é caracterizada pela existência de pensamentos e interpretações múltiplas sobre o assunto, o que vai se refletir no alinhamento dos estudiosos da matéria em verdadeiras Escolas Geopolíticas. Cada uma delas, definida por leis, princípios, teorias e pensamentos específicos, às vezes coincidentes, às vezes conflitantes entre si.

4. ESCOLAS DE GEOPOLÍTICA

Existem, hoje, três correntes guiando os estudiosos da Geopolítica:

- a da Escola Determinista (alemã),
- a da Escola Possibilista (francesa), e
- a da Escola de Geopolítica Integralizada.

a. Escola Determinista ou de Fatalismo Geográfico

- Para os "deterministas", o ambiente físico exerce uma influência *determinante* na atividade humana: "o homem é produto do meio".

- As atividades, as características e o destino dos homens e dos Estados seriam produto da localização, altitude, fronteiras e, sobretudo, da extensão do espaço territorial.

- Esta Escola admite como fator predominante a influência marcante e irresistível dos fatores geográficos. Nela se incluem grandes estudiosos como RATZEL, KJELLÉN e, particularmente, HAUSHOFER e sua equipe, que orientaram e justificaram as grandes conquistas de HITLER na 2ª Guerra Mundial, baseados na Teoria de MACKINDER, e sacudiram o mundo de 1939 a 1945.

b. Escola Possibilista

Esta Escola, que tem como principal expoente o francês PAUL VIDAL DE LA BLACHE (1860-1918), não aceita que o Estado seja uma entidade política orgânica, como afirmam os Deterministas, mas sim uma unidade nacional e cultural, cujas atividades são dirigidas pela consciência coletiva dos cidadãos.

— Para ela o ambiente físico não exerce uma influência *determinante* na atividade humana, mas apresenta ao homem um certo número de *possibilidades*, deixando-o livre para escolher a linha de ação que o Estado deve seguir. Preconiza, assim, que “a natureza propõe e o homem dispõe”.

— Não aceita que o fundamento da existência nacional seja a luta por espaço e demonstra a falsidade desse conceito, apresentando numerosos pequenos Estados que têm sobrevivido, ao longo da história da humanidade, e contribuindo de forma significativa para o seu progresso cultural.

— VIDAL DE LA BLACHE declara-se contrário ao “determinismo geográfico”, mas admite uma espécie de “determinismo geoistórico”, ao afirmar que o “fenômeno histórico não pode ser tratado convenientemente se não se atentar para o fenômeno geográfico em que se produz”.

c. Escola da Geopolítica Integralizada

— Posteriormente, surgiu uma terceira Escola, na qual o *possibilismo* age, mas não raro em função de um *determinismo*.

— Seus adeptos, JOHN SPYKMAN, JOSEPH ROUCEK, WILLIAM BORDEN e ALEXANDRE SEVERSKY, expressam a opinião de que a Geopolítica deve incluir algo mais do que o estudo do homem, do território e das águas que o circundam. Deve ser levado em conta, também, o ar, por onde perigos jamais sonhados podem ferir, rápida e avassaladoramente, qualquer Estado.

— Essa terceira Escola não toma posição extremada como as duas primeiras. Estuda as relações homem-terra-ar considerando os progressos científicos e tecnológicos. A Geopolítica, nessa concepção, deverá considerar, também, o desenvolvimento técnico-científico da época atual, particularmente o desenvolvimento da aviação e das armas nucleares, que não foi considerado pelas Escolas anteriormente citadas.

— Para melhor compreensão da Geopolítica Integralizada, o Cel FRANCISCO RUAS SANTOS apresenta o conceito seguinte: “O homem não é um autômato, sem determinação ou vontade própria. A liberdade é concedida ao homem à proporção que a ciência e a técnica avançam (possibilismo), embora tal liberdade seja, de certo modo, limitada pela natureza (determinismo).”

5. PRINCIPAIS TEORIAS GEOPOLÍTICAS

a. Teoria ou Doutrina do Poder Terrestre

As teorias sobre o Poder Terrestre desenvolvidas por MACKINDER e HAUSHOFER, encontram-se expostas no Nr 1 da presente Nota Suplementar.

b. Teoria ou Doutrina do Poder Marítimo

O Almirante americano ALFRED THAYER MAHAN (1840-1914) foi o primeiro a estabelecer a importância do Poder Marítimo com relação à Política Nacional.

Segundo MAHAN, "Poder Marítimo não é o sinônimo de Poder Naval, pois não compreende apenas o potencial militar que, navegando, domina o oceano ou parte dele pela força das armas, mas também o comércio e navegação pacífica que, de um modo vigoroso e natural, deram nascimento à esquadra e, graças a ela, repousam em segurança".

O Poder Marítimo garante, na paz e na guerra, a continuidade de comércio marítimo e suas trocas de produtos, estabelecendo uma estreita dependência entre o comércio exterior e a Marinha de Guerra.

O Poder Marítimo é elemento vital para o crescimento, prosperidade e segurança nacionais.

O Império Português, por exemplo, originado de um pequeno núcleo debruçado sobre o ATLÂNTICO, espalhou-se por diversos continentes, assegurou o domínio do ATLÂNTICO SUL e adquiriu importância mundial na época.

A INGLATERRA, beneficiada por sua posição insular, transformou-se numa potência naval e constituiu poderoso império.

Para MAHAN, os EUA possuíam, em ótimas condições, quase todos os fatores que afetam o desenvolvimento do Poder Marítimo, bastando diminuir sua linha de transportes com o PACÍFICO, através do canal do PANAMÁ, e assegurar sua defesa na área do mar das ANTILHAS.

Suas profecias confirmaram-se anos depois. Os EUA organizaram imensa frota mercante que permitiu o desenvolvimento, sempre crescente, do seu comércio, e estratégicas bases avançadas foram obtidas, elevando-os à excepcional categoria entre as potências mundiais.

Admite que se poderá conter, pelo Poder Marítimo, a expansão do Poder Terrestre da "área-pivot" de MACKINDER.

c. Teoria ou Doutrina do Poder Aéreo

É uma visão global aérea, defendida principalmente por ALEXANDRE P. SE-

VERSKY (1894- . . .), que tem por expressão cartográfica, ou mapa básico, a projeção azimutal eqüidistante, com centro no Pólo Norte. O mapa de SEVERSKY apresenta o mundo dividido em duas grandes "áreas de domínio aéreo". O raio e o alcance da "área de domínio aéreo" soviética cobre toda a EURÁSIA, quase toda a ÁFRICA e a AMÉRICA DO NORTE, até o sul do MÉXICO. O raio e o alcance da "área de domínio aéreo" dos ESTADOS UNIDOS cobre todas as AMÉRICAS, parte norte da ÁFRICA, EUROPA e quase toda a ÁSIA, com exceção das penínsulas do sul.

Estas duas áreas se cruzam e se interferem no que SEVERSKY denominou de "área de decisão", a qual cobre toda a AMÉRICA DO NORTE até o sul do MÉXICO, o norte da ÁFRICA, toda a EUROPA e a ÁSIA, menos as penínsulas do sul.

Observa o mestre em Poder Aéreo que o Mediterrâneo ÁRTICO é o centro da "área de decisão"; que o Estreito de BHERING ocupa uma posição crítica; que, dentro da "área de decisão", encontram-se os "heartlands" industriais dos EUA e da URSS; e conclui ser vital para os EUA a manutenção do predomínio aéreo na "área de decisão".

A AMÉRICA LATINA, por estar situada dentro da "área de domínio aéreo" dos EUA e pelos recursos que possui, constitui, para SEVERSKY, a principal reserva da indústria americana, graças às excepcionais condições de segurança que apresenta, pois, com exceção do MÉXICO, está inteiramente fora da "área de domínio aéreo" soviético.

A visão global de SEVERSKY também modifica o conceito de defesa do hemisfério ocidental, cujo principal eixo, segundo ele, passa a ser norte-sul, ao invés de leste-oeste.

Portanto, as concepções de SEVERSKY podem ser condensadas nas três idéias principais:

1ª — o Poder Aéreo constitui, atualmente, um poderoso instrumento da Política de Segurança Nacional;

2ª — os EUA deverão manter o predomínio aéreo na "área de decisão";

3ª — o principal eixo de defesa do hemisfério ocidental é, atualmente, norte-sul.

d. Teoria ou Doutrina das Fímbricas

A denominada "Política de Contenção" empregada pelos EUA durante todo o período do relacionamento bipolarizado e altamente conflitante que caracterizou a denominada "guerra-fria", tinha suas raízes, também, numa teoria geopolítica desenvolvida por JOHN SPYKMAN (1893-1943), doutor em Filosofia e diretor do Instituto de Relações Internacionais de YALE, nos EUA. SPYKMAN, seguidor de MACKINDER quanto a uma visão geopolítica global no relacionamento internacional, reinterpreto a teoria do mestre, opondo ao "Heartland" o que deno-

minou "Rimland" (região das fímbrias). A reação de SPYKMAN era de ordem prática, pois consistia, grosso modo, em considerar o centro do planisfério não mais a massa das terras do Velho Mundo, senão as terras do Novo Mundo em relação ao "Rimland", isto é, às terras, continentais ou não, que bordam o "Heartland"; essas "fímbrias" seriam, em síntese, a orla externa do "Heartland" de MACKINDER e HAUSHOFER.

Enquanto que HAUSHOFER pretendia, em fundamentos geográficos, o domínio do mundo, SPYKMAN — com sua geopolítica de emergência, em busca de curar o mal com o próprio mal — preconizava a preservação do Hemisfério Ocidental, cujos postos avançados estariam no "Rimland", pela ocupação de bases de partida para ações ofensivas preventivas sobre o "Heartland", se a evolução da política internacional o impusesse. Segundo afirmava, com base em estudos e interpretações da História, "as lutas no Hemisfério Oriental foram sempre travadas em referência às relações existentes entre o interior (Heartland) e a região das fímbrias (Rimland); à constelação do poder no próprio "Rimland"; à influência da pressão marítima no



PROJEÇÃO AZIMUTAL EQUIDISTANTE COM CENTRO NO POLO NORTE

Fig. 3

litoral; e, finalmente, à participação exercida pelo Hemisfério Ocidental nessa pressão". Finalmente, ressaltando a importância do "Rimland" como zona tampão de natureza anfíbia, afirmava que: se se devesse formular um "slogan" para orientar a política de poder do Velho Mundo, este seria:

- Quem controlar o "Rimland" dominará a EURÁSIA;
- quem dominar a EURÁSIA controlará os destinos do mundo".

Com o objetivo de assegurar a integridade do Hemisfério Ocidental através da manutenção do "status quo" mundial do pós-guerra, impedindo que a URSS ampliasse uma já imensa zona de domínio político, os EUA trataram de firmar pactos e alianças com os países situados nas áreas estratégicas dos chamados espaços perifé-

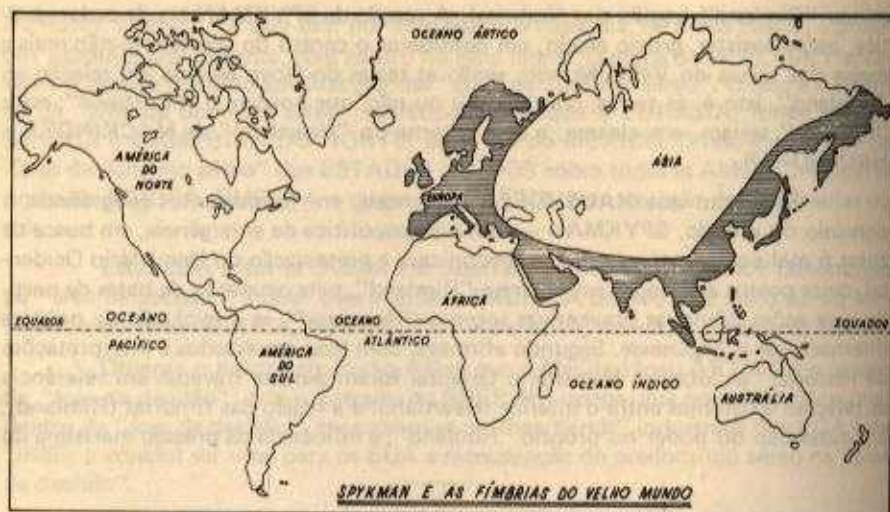


Fig 4

cos ou "fímbrias" (OTAN, OTASE, OTCEN, ANZUS). Aí estabeleceram bases militares e engajaram-se, econômica, política e militarmente, na contenção das investidas expansionistas da URSS, como na crise do IRÃ, no problema de BERLIM, na guerra civil grega e na invasão da CORÉIA. Durante essa fase da "guerra-fria", era ainda bem nítida a linha demarcatória entre aliados e adversários, no que diz respeito ao alinhamento dos integrantes dos blocos antagônicos.

e. Teoria do Desafio e Resposta

ARNOLD TOYNBEE (1889-1975) aceita a Geopolítica como conselheira, indicadora de soluções, mas coloca o destino dos povos nas mãos de suas elites. Para o sociólogo e historiador inglês, as inferioridades geográficas, os obstáculos, são desafios que se antepõem ao processo de afirmação das nações. Ou estas superam esses desafios e se afirmam, ou não os superam, e são condenadas à estagnação ou à desagregação.

Diz o autor de "Study of History", obra em que estudou exaustivamente as causas de sucesso e de fracasso de 21 civilizações a partir do império sumério (estabelecido por volta de 2143 ou 2079 antes de CRISTO):

"Após uma etapa de crescimento, algumas sociedades humanas entraram em colapso, pela perda do poder criador das minorias dirigentes que, à míngua de vitalidade, perdem a força mágica de influir sobre as massas não criadoras e de atraí-las".

TOYNBEE, ilustrando os estudos sobre a integração entre o homem e o ambiente, conclui que "a facilidade é inimiga da civilização" e, ainda, que "o estímulo humano aumenta de força na razão direta da dificuldade". O sociólogo e historiador inglês divide os estímulos em duas classes: estímulos do ambiente físico e do ambiente humano. Entre os estímulos do meio físico destaca:

- das regiões áspers;
- dos novos solos.

Entre os estímulos do ambiente humano, realça:

- dos reveses;
- das pressões;
- das inferiorizações.

A tentativa da tese é provar que os estímulos, apresentados sob a forma de dificuldades do meio físico ou do conglomerado humano, despertam, incentivam, provocam ou aquecem a vontade de superação existente em todo o ser humano.

Justifica ARNOLD TOYNBEE sua teoria citando exemplos vários do comportamento de povos diante desses estímulos, desde a Antiguidade. HERÓDOTO, por volta do ano 424 A.C., já havia se expressado sobre as influências da terra no ânimo das populações, sentenciando: "terras férteis, homens indolentes; terras áspers, homens duros".

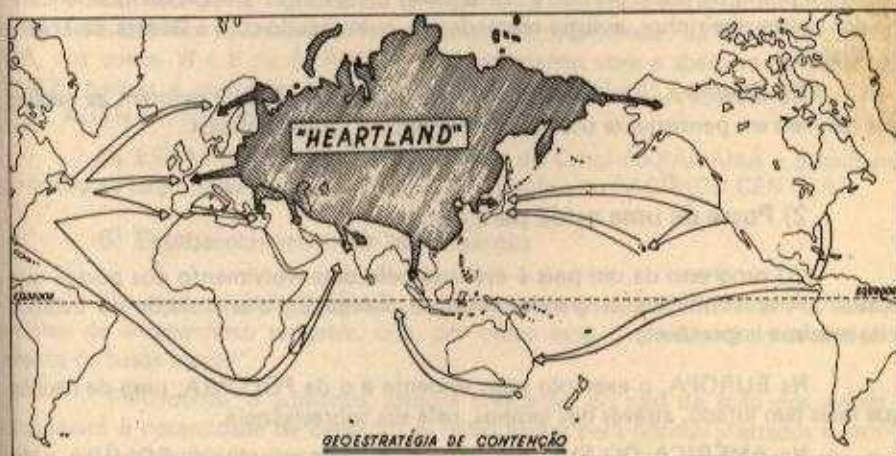


Fig 5

6. ELEMENTOS BÁSICOS DE GEOPOLÍTICA

a. Tendências dos Estados face às suas condições geográficas

Da mesma forma que os indivíduos almejam melhor situação social, muitos Estados almejam melhor situação geográfica. Para isso, a própria natureza já indica um dos caminhos a seguir:

“a linha de menor resistência”.

A Geopolítica enumera as seguintes tendências:

- domínio da totalidade das bacias hidrográficas;
- posse de uma saída para o mar;
- multiplicação das saídas marítimas, ou tendência à expansão litoral;
- domínio das costas opostas;
- controle das grandes rotas de suprimento;
- estabelecimento de bases aéreas.

1) Domínio da totalidade das bacias hidrográficas

Quando um Estado é senhor da foz de um rio, procura controlar as suas cabeceiras; inversamente, quando possui as nascentes decide estender o domínio até a embocadura. Leva maior vantagem quem está de posse da foz, pois está articulado com as rotas oceânicas.

Na época da colonização da AMÉRICA DO SUL, já serviu o rio PARAGUAI de pomo de discórdia entre portugueses e espanhóis. Depois da independência dos países ribeirinhos, as lutas reacenderam, culminando com a Guerra da Tríplice Aliança.

Na EUROPA, os rios RENO, VÍSTULA e DANÚBIO mantêm as nações que banham em permanente situação de discórdia e tensão política.

2) Posse de uma saída para o mar

“O progresso de um país é avaliado pelo desenvolvimento dos portos que possui”. A acessibilidade às grandes rotas de navegação, a articulação do Estado, é de máxima importância.

Na EUROPA, o exemplo mais evidente é o da POLÔNIA, uma das nações que mais tem lutado, através dos tempos, pela sua sobrevivência.

Na AMÉRICA DO SUL, conhecemos bem os esforços da BOLÍVIA e do PARAGUAI para atingir o OCEANO.

3) Multiplicação do número de saídas marítimas

Essa tendência leva os Estados a pretenderem controlar, através do continente, a faixa litorânea oposta às que já possuem.

Os ESTADOS UNIDOS, após estabelecidos na costa atlântica, rumaram para o litoral do golfo do MÉXICO e para a costa do PACÍFICO.

A RÚSSIA, dispondo inicialmente de portos no BÁLTICO e nas costas geladas do ÁRTICO, dirigiu-se para o mar NEGRO e para o PACÍFICO onde desembarcou, finalmente, no mar do JAPÃO; são conhecidas suas tendências no rumo do ÍNDICO.

4) Domínio das costas opostas

A atração das costas opostas sempre foi observada, desde a Antiguidade. ROMA e CARTAGO lutaram por essa aspiração. Na época dos grandes descobrimentos, as naus de ESPANHA e PORTUGAL exploravam os oceanos em busca de outras costas. A INGLATERRA, FRANÇA e HOLANDA fundaram colônias na AMÉRICA, ÁFRICA e ÁSIA. Observando o oceano ÍNDICO, vemos a INGLATERRA ainda controlando vários pontos de sua orla terrestre. Ultimamente há o exemplo da CHINA, ora atravessando o mar AMARELO (caso da CORÉIA), ora o golfo de TONQUIM (caso da INDOCHINA).

5) Controle das rotas de suprimento

"As grandes rotas de suprimento asseguram o progresso e, muitas vezes, a própria existência do Estado".

Explorando as riquezas do ORIENTE, a INGLATERRA sentiu a necessidade de estabelecer-se inicialmente em pontos da rota do cabo da BOA ESPERANÇA, nas costas W e E da ÁFRICA e, posteriormente, com a abertura do canal de SUEZ, passou a controlar essa ligação através de GIBRALTAR, MALTA, CHIPRE, ADEN e SINGAPURA.

Os ESTADOS UNIDOS são os donos do Canal do PANAMÁ e dominam os mares ao largo dessa passagem, bem como as linhas do PACÍFICO CENTRAL.

6) Estabelecimento de bases aéreas

"Se, por um lado, a aviação concorre para a tensão política em torno de pontos de antagonismo terrestre, cria, por outro lado, o problema do estabelecimento de bases aéreas".

"Felizmente, o aumento, sempre crescente, do raio de ação dos aviões, dispensará a necessidade de conduzir as bases aéreas para pontos afastados e, portanto, aliviará a tensão política provocada pela luta em torno da aquisição daquelas".

b. Forma e Posição dos Territórios dos Estados

1) Forma do Território

A forma do território de um Estado representa o seu corpo físico. A Geopolítica estuda a influência dessa forma em relação aos seus habitantes. Há que se distinguir, essencialmente, no território dos Estados, três aspectos:

- a forma, ou seja o espaço geográfico que ocupa;
- a linha periférica ou fronteira;
- a posição, sua locação no planeta.

Em termos de formas territoriais existem as que são mais favoráveis à coesão dos Estados, outras que são menos favoráveis e outras, ainda, que são contrárias.

Nem sempre é fácil identificar, mesmo aproximadamente, as formas dos Estados com uma figura geométrica, pois não apresentam, geralmente, simplicidade de contornos. Muitas vezes recorre-se a uma definição por analogia: península da bota (ITÁLIA), presunto (AMÉRICA DO SUL), arquipélago do colar (PEQUENAS ANTILHAS), etc. Noutros casos, identificam-se as formas territoriais com figuras geométricas: retângulo (ESTADOS UNIDOS e PORTUGAL), triângulo (EQUADOR), hexágono (FRANÇA).

Em busca de uma classificação simplificadora, em termos de estudos geopolíticos, RENNERT selecionou quatro formas principais:

- compacta (FRANÇA, BRASIL, VENEZUELA, ESPANHA);
- alongada (ESTADOS UNIDOS, CHILE, ITÁLIA);
- recortada (GRÉCIA, CANADÁ, SUÉCIA);
- fragmentada (JAPÃO, REINO UNIDO, INDONÉSIA).

As formas compactas são evidentemente mais favoráveis à coesão do Estado. Aproximando-se do círculo apresentam, por isso mesmo, a vantagem de serem aquelas que dentro do mesmo perímetro abrangem maior área. Isto oferece vantagem do ponto de vista estratégico porque, quanto menores as fronteiras, menores as áreas críticas, passíveis de atrito internacional. Assim é que, possuir maior território dentro de menor fronteira torna-se, sem dúvida, vantagem política importante.

Além disso, nas formas compactas é evidente a equidistância dos pontos extremos em relação ao centro, favorecendo a evolução do povo em condições mais uniformes, a expansão do desenvolvimento de maneira mais equilibrada e, em síntese, a integração nacional. A FRANÇA é um exemplo de país de forma compacta onde a cultura do povo atingiu invejável nível e o progresso nacional é equilibrado.

Nas formas alongadas, quanto maior for o alongamento, maior será o perímetro. Comparada com a forma compacta, a mesma área oferece muito maior perímetro e maior distância entre os pontos extremos no sentido do alongamento, agra-

vando assim os problemas de fronteiras e aumentando os índices de diferenciação entre os grupos regionais. Estrategicamente, os países dessas formas têm a desvanta-

FORMA

TERRITORIAL

ALONGADA



RECORTADA



COMPACTA



FRAGMENTADA



gem de grande vulnerabilidade, podendo facilmente o seu território ser cortado em dois na linha mais estreita.

Outra apreciação interessante é a que diz respeito ao sentido do alongamento. Quando esse se faz no sentido dos meridianos, aumentam as diferenciações climáticas entre os pontos extremos do Sul e Norte e, com essa diferenciação, propicia a alteração e a variedade dos gêneros de vida, dos usos e costumes, assim como a produção agrícola entre as populações mais distantes. As diferenças culturais e sociais podem levar ao desequilíbrio e aos antagonismos políticos, dificultando a coesão nacional. As diferenças climáticas, ao contrário, propiciam a existência de atividades econômicas que se complementam. O exemplo histórico do esfacelamento territorial sob a influência de um demasiado alongamento no sentido de meridianos é oferecido pela América Espanhola; quando da independência das colônias foi impossível manter-se-lhe a unidade, apesar da identidade de língua e de religião, enquanto a América Portuguesa, em uma forma próxima da compacidade, conservou-se unida. Outro exemplo: são muito maiores as diferenças culturais e políticas entre o Sul e o Norte da ITÁLIA (forma alongada), do que entre o Sul e o Norte da FRANÇA (forma compacta).

Quando o alongamento é no sentido dos paralelos (Leste-Oeste) não ocorrem nítidas diferenciações culturais, políticas e econômicas, tornando-se mais fácil a manutenção da coesão (caso dos ESTADOS UNIDOS).

As formas recortadas, quando em contigüidade ao mar, desempenham, na antiguidade (GRÉCIA) e na Idade Média (DINAMARCA e Península Escandinava), importante papel: muito facilitaram o intercâmbio em épocas em que a navegação não era de longo curso. Hoje, esse tipo de navegação costeira tem menor importância. Essas formas oferecem, em contrapartida, a desvantagem de conterem extensas linhas de fronteiras.

A forma fragmentada mostra-se, sem a menor dúvida, desvantajosa. Isto se percebe nos Estados cujo território é um arquipélago. Além da descontinuidade terrestre, cujas desvantagens do ponto de vista cultural e econômico são manifestas, há a dificuldade para o exercício da soberania. Do ponto de vista estratégico-militar, a defesa apresenta-se sobremaneira difícil. A descontinuidade pode ser terrestre ou marítima. Como exemplo de descontinuidade terrestre, ocorre-nos a ALEMANHA após a Primeira Guerra Mundial, que teve parte de seu território dividido em duas partes pelo corredor polonês (questão de DANTZIG), um dos estopins da Segunda Guerra Mundial. Outro exemplo foi a PRÚSSIA antes da unificação da ALEMANHA; além do núcleo central em torno de BRANDENBURGO, existiam ilhas prussianas esparsas pela RENÂNIA e no HANOVER, os chamados enclaves. Esse tipo de enclave possuía o Império Austro-Espanhol, quando exercia soberania sobre terras da BÉLGICA, HOLANDA, SARDENHA, SICÍLIA, NÁPOLES, MILÃO e BURGÚNDIA.

A forma fragmentária com descontinuidade marítima (ilhas, arquipélagos) é característica dos impérios coloniais. A força de coesão necessária para impor a so-

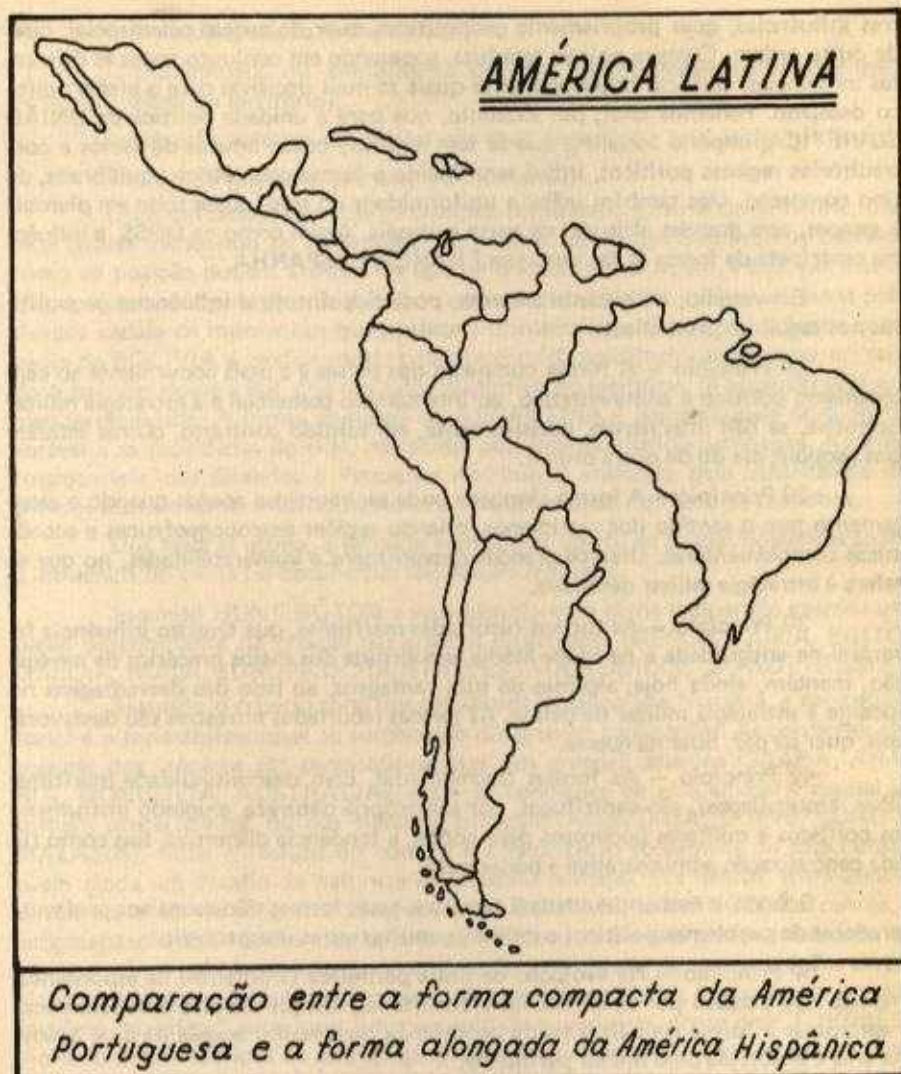


Fig 7

berania nos Estados possuidores dessa forma é o poder naval (caso da INGLATERRA e do JAPÃO).

Em conclusão ao aspecto "forma dos Estados", aqui resumimos o que escrevem os tratadistas. Está claro que não se pode deduzir diretrizes políticas apenas pela "forma", pois esta determinante geográfica sempre é contrabalançada por ou-

tras influências, quer propriamente geopolíticas, quer de ordem psicossocial, quer de outra ordem. Cumpre pois ao estadista, sopesando em conjunto todas as diferentes influências, verificar criteriosamente quais as mais decisivas para o efeito político desejado. Podemos citar, por exemplo, que para a unidade política da UNIÃO SOVIÉTICA, império socialista que se tem mantido coeso através de vários e contraditórios regimes políticos, influi sem dúvida a forma geométrica equilibrada, do tipo compacto. Mas também influi a uniformidade do solo, quase todo em planície e estepes, sem grandes altitudes na parte europeia. Assim como na URSS, a influência centrípeta da forma se faz sentir na FRANÇA e ESPANHA.

Em resumo, no tocante à forma, podemos sintetizar influências geopolíticas nos seguintes princípios:

1º Princípio — A forma compacta dos países é a mais conveniente ao centripetismo político e administrativo, ao intercâmbio comercial e à estratégia militar defensiva, se não intervierem, decisivamente, em sentido contrário, outras influências geopolíticas ou de outra ordem.

2º Princípio — A forma alongada pode ser vantajosa apenas quando o alongamento tem o sentido dos meridianos, criando regiões antropogeográficas e econômicas complementares. Oferece grandes desvantagens e vulnerabilidades, no que se refere à estratégia militar defensiva.

3º Princípio — As formas recortadas marítimas, que tiveram influência favorável na antiguidade e na Idade Média, em virtude dos meios precários de navegação, mantêm, ainda hoje, algumas de suas vantagens, ao lado das desvantagens no tocante à estratégia militar de defesa. As formas recortadas terrestres são desfavoráveis, quer na paz, quer na guerra.

4º Princípio — As formas fragmentadas, com descontinuidade marítima (ilhas, arquipélagos), são centrífugas, por sua própria natureza, exigindo instrumentos políticos e militares poderosos para conter a tendência dispersiva, tais como rígida centralização administrativa e poder naval.

Quando a descontinuidade é terrestre, essas formas dão causa aos enclaves, geradores de problemas políticos e militares, muitas vezes insuperáveis.

5º Princípio — Na evolução da linha periférica (fronteiras) há espontâneo impulso nos Estados por simplificá-las e encurtá-las, do que decorre uma tendência a aproximar a forma do país à figura geométrica do círculo, aquela na qual a mesma área é envolvida pelo menor perímetro.

2) Posição do Território

Por posição entendemos o lugar que o território do Estado ocupa no planeta e também certas características específicas de sua situação geográfica. É o campo da Topopolítica, segundo a classificação de RUDOLPH KJELLÉN.

A posição do território é apreciada do ponto de vista geopolítico sob os seguintes aspectos:

- latitude (posição matemática);
- proximidade ou afastamento do mar (maritimidade ou continentalidade do território);
- situação relativa aos países vizinhos (pressões e esferas de influência);
- altitude (planície, planalto ou montanhas).

Cada um desses aspectos de posição, combinado à forma do território, oferece fatores atenuantes ou agravantes. Ou melhor, condições favoráveis ou desfavoráveis de posição podem atenuar ou agravar a forma. Assim, é que, por exemplo, a forma alongada do CHILE tem a sua vulnerabilidade militar atenuada pela elevada cadeia de montanhas que protege a fronteira leste desse país. A forma compacta da BOLÍVIA é desfavorecida pela presença da cordilheira andina que, cruzando o país de Norte a Sul, cria um fator dispersivo do território, já agravado pela sua mediterraneidade. A forma alongada da ARGENTINA é atenuada pela latitude favorável e as facilidades de vida, oferecidas pela imensa planície pampeana. A forma fragmentária das Grandes e Pequenas Antilhas é atenuada pela inexistência de grandes obstáculos ao trânsito humano e pela amenidade do clima de suas ilhas.

Dos fatores acima, a latitude vem sendo objeto de teorias polêmicas sobre a influência do clima no destino das sociedades humanas.

Segundo HUNTINGTON e seus seguidores, o clima temperado exerceu um papel determinante na criação das grandes civilizações (MESOPOTÂMIA, EGITO, GRÉCIA, ROMA, EUROPA OCIDENTAL, ESTADOS UNIDOS, JAPÃO e RÚSSIA).

Segundo o critério geral dos estudiosos da Geografia Humana, a zona equatorial é a mais desfavorável ao surgimento das grandes civilizações. As condições climáticas dos trópicos são proporcionadoras dos grandes desertos (SAARA, ARÁBIA, MONGÓLIA, AUSTRÁLIA), onde as condições de vida animal e vegetal se tornam precaríssimas, ou das florestas tropicais (AMAZÔNIA, GUINÉ, CONGO, MALÁSIA), onde a fixação do homem e a valorização econômica do solo constituem ainda um desafio da natureza ao engenho humano. Era hábito, entre importantes correntes de geógrafos europeus como BUCKLE, HUNTINGTON e outros, a estigmatização das regiões tropicais, prognosticando para elas a impossibilidade de virem a atingir níveis superiores de civilização, em virtude de suas condições climáticas desfavoráveis. Os trópicos, segundo eles, estariam fadados à estagnação, porque impõem "desafios" superiores à sua capacidade de resposta, como diria TOYNBEE. Ao lado desses teóricos da antropogeografia, não menos pessimistas sobre o destino das áreas de clima tropical, encontramos os chamados "biólogos" (GOBINEAU, LAPOUGE, AMMON, CHAMBERLAIN etc), que viam uma estreita dependência entre a condição racial e os índices de progresso e, por essa forma, procuravam justificar os baixos níveis de existência das populações consideradas não-arianas. Encontramos as idéias dessas duas correntes, que podemos chamar de "climatológica" e "biológica", bem fundamentadas nas obras "O Fator Clima" e "Civilização e Clima", de HUNTINGTON, e no "Essai de l'Inégalité des Races Humaines", de GOBINEAU.

Esse critério dos antropogeógrafos, entretanto, não é absoluto. Há condições que neutralizam os efeitos negativos da latitude tropical e uma delas é a altitude do solo. Se é verdade que nos trópicos, nas altitudes baixas, preponderam as condições climáticas desfavoráveis, quando essas altitudes se elevam transformam-se as condições mesológicas, favorecendo as condições de vida.

Este é o caso dos países andinos, onde, em plena zona tropical, encontram-se cumes eternamente gelados. Sobre a imensa costa nordeste do BRASIL incidem fatores de amenização da temperatura, proporcionados pelo clima marítimo.

Esse fator altitude, no caso brasileiro, tem influência favorável. O planalto brasileiro cobre a maior extensão do nosso território, propiciando altitudes favoráveis à neutralização dos fatores negativos da climatologia tropical (em média cada 180 ou 200 metros de altitude representa o decréscimo de temperatura de 1° C).

A maritimidade do Estado é um fator positivo de intercâmbio e comércio. Dá-lhe maior liberdade de movimentos. Fortalece sua soberania. A importância da maritimidade pode ser bem avaliada se atentarmos que 71% da superfície do globo é de oceanos e apenas 29% de terras. A mediterraneidade, ao contrário, tende a isolar o Estado, torna-o dependente dos vizinhos, enfraquece-lhe a soberania. Comparando-se dois Estados de forma compacta, FRANÇA e BOLÍVIA, com superfícies semelhantes, enquanto o território francês se debruça sobre dois mares, articulando-se livremente com os ecúmenos do Mar MEDITERRÂNEO e Oceano ATLÂNTICO, o Estado boliviano vive asfixiado pela falta de pulmões marítimos, dependendo da boa vontade de seus vizinhos. No que tange à maritimidade, há que se considerar, ainda, a natureza da costa, favorável ou desfavorável à articulação continente-mar (litoral com portos protegidos, baías ou litoral hostil), e a situação do mar, conforme ofereçam, respectivamente, facilidades de intercâmbio (MEDITERRÂNEO, ATLÂNTICO, PACÍFICO) ou de rarefação ecumênica (como o Mar ÁRTICO ou o ANTÁRTICO).

A posição relativa quanto aos países vizinhos impõe pressões muitas vezes inelutáveis, ferindo o grau de soberania, como seja o caso dos países da Europa Oriental que têm fronteiras comuns com a UNIÃO SOVIÉTICA. Servem de exemplo os casos da HUNGRIA (1948) e da TCHECO-ESLOVÁQUIA (1968). Historicamente há que se lembrar a pressão de ROMA, transformando o MEDITERRÂNEO no "Mare Nostrum" e, mais recentemente, da FRANÇA Napoleônica, estendendo os seus domínios por todos os territórios vizinhos.

Por fim, a altitude gera condições favoráveis ou desfavoráveis à operação humana sobre a terra. As planícies sempre facilitaram a circulação do homem e a exploração da terra. Os planaltos, como as planícies, são "habitats" procurados para o exercício do engenho humano. As montanhas já foram obstáculos de difícil superação. Hoje em dia, com os progressos da tecnologia de engenharia, o seu fator dispersivo está muito atenuado quanto ao trânsito, mas, quando são muito altas, oferecem limitações à vida humana, animal e vegetal.

Os rios, quando navegáveis, desembocando no litoral, são extraordinários

veículos da interação terra-mar. Quando navegáveis e interiores, favorecem as ligações terrestres, pois são uma estrada líquida. Já os rios com quedas abruptas ou saltos oferecem, hoje em dia, valiosas fontes de energia elétrica, propiciadora do progresso econômico e social.

Em termos de posição, os Estados podem ser classificados ainda em:

- marítimos (quando predominam largamente as fronteiras litorâneas);
- continentais (quando essa predominância é a favor das fronteiras terrestres);
- mistos ou do tipo continental-marítimo (quando, a uma massa continental, se alia apreciável costa de mar).

Os Estados marítimos mais característicos são as ilhas e arquipélagos (JAPÃO, INGLATERRA, INDONÉSIA).

Do tipo continental, são mais nítidos os Estados mediterrâneos (SUÍÇA, PARAGUAI, BOLÍVIA).

No tipo misto podem ser enquadrados o BRASIL, ESTADOS UNIDOS, EQUADOR, ARGENTINA.

O quociente de maritimidade ou de continentalidade do território de um Estado pode ser medido aplicando-se as fórmulas:

$$Q_m = \frac{\text{extensão do litoral}}{\text{extensão da fronteira terrestre}}$$

ou

$$Q_t = \frac{\text{extensão da fronteira terrestre}}{\text{extensão do litoral}}$$

Quando se trata de ilhas a fronteira terrestre é nula e, no caso de país mediterrâneo, a extensão do litoral é igualmente nula. Entre esses dois extremos situam-se todos os demais casos.

É de se observar que os países de costa bastante recortada têm quociente de maritimidade elevado: GRÉCIA — 13/4; DINAMARCA — 11/4; NORUEGA — 8/1.

A ESPANHA oferece o melhor equilíbrio de quociente 2/2, podendo ser considerado o protótipo do tipo misto.

Cabe ao governo de um Estado ter consciência geopolítica de seu destino, indicado pelos fatores forma e posição e adequar-lhe uma política consentânea com suas realidades geográficas. Assim é que os quocientes de maritimidade e de continentalidade são indicadores de soluções políticas. Foram eles que geraram os conceitos de poder marítimo e poder terrestre. Vale a pena aqui recordar-se que a INGLATERRA sempre entendeu que o seu destino dependia do mar e adotou uma

política coerente. A RÚSSIA, também coerente com o seu elevado quociente de continentalidade, orientou, no passado, e a sua herdeira URSS orienta hoje, sua política para o fortalecimento do poder terrestre. A política brasileira viveu, até há bem poucos anos, quase que indiferente ao seu destino de país do tipo misto, esquecida das imensas áreas interiores, acentuando na administração pública apenas o lado de sua maritimidade. Percebida essa distorção desde a independência, por JOSÉ BONIFÁCIO, o corretivo só começou a se fazer apenas nos últimos 17 anos, com a mudança da capital para o centro do território, a fim de despertar as forças mortas da continentalidade e, nos últimos anos, através de enorme esforço desenvolvimentista das áreas interiores do Norte e do Oeste.

c. Linha Periférica dos Territórios dos Estados

1) Função das fronteiras

Escreve o geógrafo alemão OTTO MAULL que as finalidades principais da fronteira e sua respectiva faixa são:

- “distinguir o meu do teu”;
- proteger o território nacional;
- isolá-lo, quando necessário, e facilitar-lhe o intercâmbio, quando conveniente.

Realmente, qualquer linha limite, uma cerca entre fazendas, um muro entre quintais, uma sebe, fios de arame farpado, valas, assim como linha fronteiriça, visam a “distinguir o meu do teu”.

A proteção do território é o objetivo principal, tanto na paz como na guerra, da fronteira. Na paz, garante os interesses econômicos, políticos e sociais do Estado, através dos postos alfandegários, policiais e sanitários. Na guerra, representa a linha ou faixa a ser defendida na preservação da inviolabilidade do território do país.

Durante muito tempo, isolar foi a função precípua das fronteiras. Os Estados antigos e medievais preferiam, por motivos vários, segregar suas populações de qualquer contato com o exterior. Daí preferirem as fronteiras de difícil transposição — rios muito caudalosos, cadeias de montanhas, vazios ecumênicos.

Após a Idade Média vieram predominar os interesses de reunir antigos feudos confinados em organizações políticas maiores, passaram a prevalecer os interesses comerciais e de intercâmbio cultural entre os Estados. A fronteira passou a ser a porta de entrada dos países, onde se exercia o controle de sua soberania.

Segundo RATZEL, “só o mar oferece todas as características de uma fronteira completa” — separa, protege, isola ou favorece o intercâmbio, conforme a conveniência.

OTTO MAULL, no seu estudo de fronteiras, distingue-as como as de: concentração da circulação, melhor diríamos de convergência, que facilitam o controle

e a defesa (montanhas que obrigam a passagens obrigatórias ou rios caudalosos que restringem a passagem pelas pontes), e fronteiras de dispersão, abertas, sem obstáculos, que dificultam o controle e a defesa.

2) Fronteiras naturais e antropogeográficas

No estabelecimento dos limites entre os Estados, sempre houve a preocupação de encontrar uma linha nítida. Nem sempre, entretanto, isto é possível. Vamos analisar em primeiro lugar as chamadas fronteiras naturais, as mais desejadas, por oferecerem maior grau de nitidez. Em seguida, passaremos às fronteiras antropogeográficas, de nitidez mais precária.

a) Fronteiras naturais

Destacamos o mar, os rios, os lagos, as montanhas e as cordilheiras.

(1) O mar

O mar, como já dissemos acima, constitui a fronteira ideal — separa, protege, isola ou une, conforme a conveniência. Antigamente, a única inconveniência que oferecia a linde marítima era a variação da linha demarcadora, em face dos movimentos de altas e baixas marés, acrescidas de variações lentas dessa linha provocadas pela acumulação de entulhos, trazidos pelos rios e pelo próprio mar, ou o deslocamento de sedimentos litorâneos causados pelos ventos, correntes e pelo arfar das ondas.

Este pequeno fator de instabilidade física da linha demarcadora do litoral foi superado, há muitos anos, com a aceitação, pelas potências navais, do conceito de águas territoriais, estendendo o limite de soberania além da costa. Esse limite, inicialmente de 3 milhas, visava aos interesses de defesa e o critério de sua extensão tinha em mira colocar o litoral ao abrigo da artilharia naval da época. O conceito de águas territoriais está em plena atualidade pois, com os avanços da ciência e da tecnologia, o homem passou a dominar com mais facilidade o fundo do mar. O mar, que era apenas uma massa líquida de interesse dos navegadores e pescadores tímidos, passou a ter grande interesse para cientistas e economistas. As riquezas existentes no mar, à disposição, hoje, dos modernos pescadores, pesquisadores e exploradores de riquezas minerais e animais, aparelhados com instrumental apropriado, fazem aumentar o interesse do Estado em estender sobre as águas os limites de sua soberania. Muitas nações latino-americanas foram levadas a definir a extensão de seu mar territorial em 200 milhas, baseando-se no princípio de que é dever do Estado:

- proteger a soberania nacional do Estado;
- proteger a economia nacional, garantindo como bem patrimonial a plataforma continental do país e, por consequência, exploração futura de seus recursos petrolíferos e minerais;

- proteger a economia nacional exercendo sua ação soberana para preservar e defender sua riqueza piscosa, perante o abuso da pesca indiscriminada;
- proteger e defender o “habitat nacional”, ou seja, o complexo vivente integrado pelos elementos do solo e o mundo animado da flora e da fauna, incluindo o espaço aéreo situado sobre o território;
- evitar a criação de zonas habituais de pesca ao longo do seu mar, zonas que possam no futuro permitir alegações de outras nações sobre o seu direito sobre essas águas (Conselho Interamericano de Jurisconsultos, reunido no MÉXICO, em 1956).

A plataforma submarina, ou plataforma continental, é considerada como um bem patrimonial da Nação. A Convenção de GENEVRA, de 1958, definiu plataforma continental como:

- o leito do mar e o subsolo das áreas submarinas adjacentes à costa.

A extensão da plataforma é governada pela expressão “até 200 metros de profundidade, que permita a sua exploração”, contida no texto da Convenção de GENEVRA (1958). Como a inclinação da plataforma — parte submersa do território que precede o fundo do mar — varia em cada segmento da costa, conclui-se que a extensão dessa plataforma varia, também, proporcionalmente.

Os conceitos de mar territorial e plataforma continental não contam com o consenso internacional. As nações da EUROPA estão apegadas ao conceito de 3 milhas de mar territorial. Os ESTADOS UNIDOS, o BRASIL e outras nações latino-americanas (EQUADOR, PERU, CHILE, COSTA RICA, SALVADOR, NICARÁGUA, ARGENTINA e URUGUAI) já decretaram a sua soberania sobre o mar territorial de 200 milhas.

(2) Os rios

No passado os rios foram excelentes separadores entre Estados. Esse conceito vem mudando, à medida que o progresso tecnológico passa a aproveitar os rios para a navegação intensa e o aproveitamento de suas águas como fontes de energia, irrigação e abastecimento das cidades. Assim, os rios, nas regiões mais ecumenizadas, passaram a ser ocupados e utilizados pelos dois vizinhos.

Em face dos variados aspectos do aproveitamento dos rios, o limite não pode mais ser ele, o rio como um todo, mas uma linha convencional estabelecida entre os vizinhos, por um acordo ou imposição de uma das partes. A escolha dessa linha vem sendo feita de modos vários, depois consagrada em tratados internacionais. Os principais critérios em voga para estabelecer os limites nos rios são:

- Limite em uma margem. Neste caso, o domínio dos rios cabe apenas a um dos Estados contíguos; este critério, que já foi usual, está se tornando cada vez mais raro, por motivos óbvios;

- Linha de talvegue. É a linha de sondagens mais profundas na vazante. Outros conceitos de talvegue, "canal principal do rio de maior profundidade e de mais fácil e franca navegação" (Tratado BRASIL-PARAGUAI), ou "linha de nível mais baixo no leito do rio em toda a sua extensão" (Tratado BRASIL-INGLATERRA referente à antiga GUIANA INGLESA).

O limite pelo talvegue permite o condomínio das águas para a navegação e para a sua exploração dentro de limites estabelecidos nos Tratados.

A escolha da linha de talvegue tem trazido inconvenientes vários, entre os quais citaremos: a determinação da linha mais profunda, ou do canal mais profundo, em alguns trechos em que há mais de um canal, torna-se extremamente difícil; por outro lado, há que se considerar a instabilidade desse canal mais profundo, através do tempo, em face de acumulação de sedimentos no fundo dos leitos. Para evitar esses inconvenientes, os tratadistas costumam aconselhar que se inclua nos tratados a cláusula de imutabilidade da linha de fronteira, após a sua demarcação pelo talvegue reconhecido na época da assinatura do mesmo.

- Linha média. Lugar geométrico dos pontos equidistantes das margens. Esta linha é muitas vezes preferida por ser mais sensível ao interesse dos dois Estados; é mais visível do que o talvegue e divide a massa líquida ao meio. Favorece o condomínio da navegação. Mas, traz também inconvenientes tais como: a alteração das margens por força da erosão alterando a linha média; a "divagação" dos rios de planície que muitas vezes mudam o seu leito.

A existência de ilhas dentro do rio, caso muito freqüente, tem sido motivo de sérias dúvidas e tempestuosas contestações na questão de fixação da linha limítrofe. Há casos simples, quando a ilha situa-se totalmente para certo lado do talvegue ou da linha média: pertencerá ao país de cujo lado estiver. Se forem atravessadas pela linha média, criam o complicado caso político de dúplice soberania da ilha. O BRASIL, nos seus acordos de limites, tem procurado, sempre que possível, evitar a dúplice soberania das ilhas, aceitando o critério de incorporá-la inteira à soberania do território de cuja margem esteja mais próxima (princípio de proximidade das margens). Mas a erosão, algumas vezes, encarrega-se de alterar essa proximidade. Deve predominar, nesses casos, a fim de serem evitadas contendas e contestações infundáveis, o critério de se manter inalterada a linha constante do tratado.

As pontes e outros tipos de obras de arte que ligam dois países confrontantes terão que ser, igualmente, objetos de acordos, convencionando-se onde passa o limite: em uma das margens, no talvegue, na linha média, ou nos marcos ali colocados.

(3) Lagos

Os lagos são mares interiores. As mesmas regras aplicadas aos rios podem ser usadas no estabelecimento da linha limítrofe nos lagos. O critério mais comum é

o da linha média. Convencionou-se internacionalmente que, quando a largura do lago é superior a 6 milhas, cada Estado lindante estenda a sua soberania até a distância de 3 milhas de sua margem, ficando o restante das águas em domínio comum.

(4) Montanhas

As dificuldades que as cadeias de montanhas oferecem às comunicações terrestres, mesmo usando os moderníssimos meios de transporte, as tem indicado como ótimas fronteiras. Nos tempos antigos, mais do que hoje, as montanhas ofereciam magníficas vantagens para isolamento e defesa.

As cadeias de montanhas e cordilheiras, quando utilizadas como fronteiras, por sua conformação estrutural, convergem as comunicações para as linhas de menor resistência (abertas, passos ou desfiladeiros), facilitando o controle aduaneiro e a vigilância militar.

Na escolha da linha preferível para passar a fronteira sobre as montanhas, prevalecem dois critérios principais: a linha dos picos mais altos e a linha do "divortium aquarum".

Nos tratados, geralmente, tem sido preferida a linha do "divortium aquarum", ou a linha de divisão das vertentes, ou ainda a linha de mais fácil demarcação, também, porque assegura que a fonte de abastecimento de água das populações fique do lado de sua fronteira. A linha de picos mais altos é de difícil demarcação.

Em 1902, ARGENTINA e CHILE tiveram grave conflito diplomático em virtude de dúvidas sobre a demarcação de sua linha de fronteiras passando pela Cordilheira dos ANDES, resolvido graças ao laudo arbitral do Rei da INGLATERRA.

Nem sempre o que é fácil de se demarcar nas cartas geográficas e nas pranchetas é de fácil balizamento no terreno. Os demarcadores têm tido grandes surpresas e enfrentado enormes problemas, quando se trata de demarcar no terreno o que foi combinado e ajustado à luz da cartografia.

Ao terminarmos esta rápida análise das fronteiras naturais, queremos ressaltar que predomina, em qualquer critério, a convencionalidade. Os tratados e ajustes sobre fronteiras devem ser minuciosos e prescrever os critérios aceitos por ambas as partes, a fim de se evitarem complicações futuras.

Como se vê, a fronteira natural não é tão nítida e tão isenta de interpretações como muitos imaginam.

Entre os tratadistas mais respeitados sobre o direito internacional, envolvendo questões de fronteiras, há que se destacar HILDEBRANDO ACCIOLI, autor de "Direito Internacional Público". Neste trabalho, encontra-se alentado estudo sobre a questão dos rios internacionais, assunto de grande atualidade e objeto de posições polêmicas, quer no tocante à navegação, quer no que se refere ao aproveitamento de suas águas para fins hidroelétricos ou de irrigação. A internacionalidade

dos rios e lagos é reconhecida, quer quando separam dois países (internacionalismo contíguo), quer quando cruzam sucessivamente o território de vários Estados (internacionalismo sucessivo). O desenvolvimento da engenharia hidráulica a serviço do progresso social e econômico multiplica, cada dia mais, as possibilidades de aproveitamento dos rios e lagos, provocando, quando estes são internacionais, fatos novos do interesse dos Estados situados na bacia comum, não previstos em antigos tratados de fronteiras.

Segundo o geopolítico brasileiro EVERARDO BACKHEUSER, "as fronteiras naturais nunca satisfazem por completo". Na prática, muitas vezes, mostram-se ineficientes, dependentes sempre da interpretação de velhos tratados e da convenção de detalhes e minúcias entre os Estados confinantes. Quando surge a dúvida, a contestação, via de regra, tem levado vantagens ao mais forte, ou pelas armas, ou pela pressão política, ou, ainda, por meio de arbitragem, quando a influência do mais forte ainda se faz sentir, pelas pressões que é capaz de realizar.

b) Fronteiras antropogeográficas

Diante do acentuado caráter de convencionabilidade das fronteiras naturais há autores, como ANCEL, que defendem a conveniência das fronteiras antropogeográficas:

- lingüísticas;
- raciais ou étnicas;
- religiosas;
- culturais.

Na prática, entretanto, a adoção da fronteira antropogeográfica não dispensa o estabelecimento de uma linha convencional, utilizando não importa que acidente físico. As dificuldades na sua demarcação são ainda maiores do que as já referidas para as fronteiras naturais. Entretanto, segundo ANCEL, elas distinguem melhor "o meu do teu", particularmente as lingüísticas. Em alguns países andinos, verifica-se facilmente a existência de fronteiras antropológicas, oriundas das antigas separações entre nações indígenas, superpostas e não coincidentes com as atuais fronteiras políticas (por exemplo: quéchuas e aimarás, na BOLÍVIA).

(1) Línguas

A língua pode ser utilizada, realmente, como elemento diferencial entre Estados. No passado, foi utilizada como critério separador. Na medida em que o mundo foi se tornando pequeno, face à variedade e velocidade dos meios de comunicações, a adoção do critério lingüístico para determinar a fronteira política em determinadas áreas, como a EUROPA, tornou-se impraticável.

(2) Raças

Diz EVERARDO BACKHEUSER que, "se penoso é traçar as fronteiras lingüísticas, por se traduzirem em desenho caprichoso e rendilhado, ainda maior seria o esforço a despendar no traçado das fronteiras raciais ou étnicas. Primeiro porque não há raças puras, a mestiçagem dos caracteres somáticos ou psíquicos é a regra".

O Presidente WILSON, nos seus famosos 14 princípios, enunciados no final da 1ª Guerra Mundial, refere-se às fronteiras étnicas como critério desejado em benefício da paz futura. Muitas vezes a fronteira étnica se confunde com a fronteira lingüística.

(3) Religião

Tanto mais confusa do que a cartografia das línguas e das raças seria, hoje em dia, a das religiões. Há países de unidade religiosa e também áreas onde predomina esta unidade. O exemplo atual são as tentativas de integração política do chamado "mundo árabe", à base da religião muçulmana. Em outras áreas, entretanto, como na EUROPA e nos ESTADOS UNIDOS, seria impossível estabelecerem-se limites religiosos.

(4) Cultura

A cultura, hoje tão disseminada e entrelaçada, quer no tocante às suas origens, quer no referente aos seus níveis, não permite mais que se tracem divisórias. Seria utópico.

3) Fronteira-linha e Fronteira-faixa

A observação e a experiência provaram que o elemento separador de dois povos (idéias, costumes, línguas) é sempre uma zona ou faixa de transição, mais ou menos larga, de caracteres imprecisos por reunir características dos dois elementos em contato. Só quando já afastados dessa faixa de transição é que os elementos nacionais passam a se caracterizar com precisão. FREDERICH RATZEL tratou desse assunto chamando a atenção para "a realidade da faixa e o subjetivismo da linha".

No BRASIL, a faixa fronteiriça, no caso da fronteira terrestre, abrange uma largura de 150 km, a contar da linha limite, regida esta faixa por legislação especial. A fronteira marítima também vai além da linha de praia, ou linha de contato do mar com a terra, variando este limite de país para país. No BRASIL, adotou-se o direito das 200 milhas de mar territorial. Uma faixa menor, no entanto, beirando o mar, também é regido por um "status" de fronteira.

Os conceitos que desenvolvemos acima sobre fronteiras naturais, fronteiras antropológicas, fronteira-linha e fronteira-faixa, confirmam duas leis geopolíticas de

RATZEL e de SIEBER. De RATZEL sobre a realidade da faixa e a subjetividade da linha; de SIEBER, sobre a artificialidade das fronteiras, mesmo as chamadas naturais, sempre resultado de convenções ou de imposições.

4) Evolução das Fronteiras

A noção de fronteira, através dos tempos, tem evoluído. Os povos primitivos não cogitavam de fronteiras. O que os separava eram os vazios de ecúmeno.

Entre os impérios egípcios e mesopotâmios existiam imensas áreas completamente vazias de população, cuja soberania ninguém disputava. O Império Romano, quando quis dilatar-se, estendeu-se sem óbices por esses vazios até encontrar os obstáculos físicos da natureza (desertos, pântanos, densas florestas, montanhas escarpadas) ou até deparar-se com outro centro de poder distante, onde teve que lutar para dominar.

O começo da Idade Média foi marcado pela invasão dos bárbaros que, encontrando o Império Romano em decadência, enfraquecido, irromperam na EUROPA Ocidental e Meridional. As hordas de eslavos, germânicos, turcos e mongóis, cruzaram gargantas e desfiladeiros das montanhas do CÁUCASO e dos CARPATOS, instalando-se na periferia dos centros de poder de ROMA. Aí, em contato com o brilho da cultura greco-romana foram, muitas vezes, culturalmente assimilados. Nesse ambiente de amálgama proliferou o Cristianismo, criando uma unidade espiritual. Com o Cristianismo, surgiu a ocupação dos espaços vazios pelos catequistas evangélicos, imbuídos do espírito de propagação da fé, motivo que nunca preocupou os legionários de ROMA. A ação dos catequistas cristãos alterou a noção de ocupação de terras desprezíveis na EUROPA, ÁFRICA e ÁSIA. De vazio absoluto, do ponto de vista político, essas terras se transformaram em centros de catequese religiosa, despertando um interesse, até então inexistente, para essas áreas.

Esses interesses foram criando uma noção de fronteira cada vez mais aguda, de tal forma que a AMÉRICA teve uma linha fronteiriça antes de ser conhecida, o famoso Meridiano de TORDESILHAS, constante da bula papal de ALEXANDRE VI, de 1494 (os primeiros contatos de COLOMBO com a terra americana foram em 1492). Com os descobrimentos marítimos vieram a criação dos impérios coloniais e a repartição dos territórios pelos colonizadores. Muitos desses limites, na ÁFRICA e AMÉRICA, foram traçados por linhas astronômicas, antes da ocupação do território; eram as chamadas fronteiras traçadas "a priori".

Os geógrafos franceses BRUNHES e VALAUX, estudando as fronteiras, segundo o estágio de evolução, classificaram-nas em:

- esboçadas;
- vivas ou de tensão;
- mortas.

Esboçadas são denominadas aquelas que ainda não adquiriram característi-

cas definitivas, pelo desconhecimento e desinteresse do Estado. São geralmente despovoadas, ou povoadas por grupos sociais primitivos.

Vivas ou de tensão, quando ligadas a interesses políticos, econômicos ou militares do Estado. Muitas vezes possuem estabelecimentos oficiais nas proximidades da linha de demarcação.

Morta é a fronteira que perdeu o interesse e entrou em decadência.

BACKHEUSER nos ensina que a evolução natural da fronteira de confrontação entre dois centros de poder foi, através da história, a seguinte:

- os vazios do ecúmeno;
- largas zonas inocupadas;
- faixas, às vezes estreitas, inocupadas;
- linhas, de diversos tipos, astronômicas, geodésicas, físicas, étnicas, políticas, etc.

Esta ordem evolutiva, observa BACKHEUSER, não se seguiu nos casos das fronteiras coloniais. Na AMÉRICA e na ÁFRICA, vários países tiveram fronteira-linha "a priori", traçadas em mapas duvidosos e, por isto, fontes de muitas controvérsias mais tarde.

RUDOLPH KJELLÉN apresenta a seguinte classificação de fronteiras:

- históricas, quando oriunda de tradições seculares;
- naturais, quando coincidem com acidentes da geografia física;
- planejadas ou de construção, como, por exemplo, as linhas astronômicas ou geodésicas, ou outras de caráter geométrico;
- e ainda, étnicas, lingüísticas, estratégicas e econômicas.

Os geógrafos WHITEMORE e BRAGGS, seguindo critério objetivo, formulado independentemente de pontos de vista teóricos, baseando-se apenas no que realmente existe, propõem a seguinte classificação:

- físicas (montanhas, rios, lagos, canais, etc);
- geométricas (astronômicas, geodésicas, etc);
- antropogeográficas (étnicas, lingüísticas, religiosas, históricas, culturais, estratégicas).

Basta folhear um Atlas de Geografia Histórica para se certificar das profundas alterações sofridas no mapa político do mundo. Em períodos relativamente curtos — 50 anos — tem havido metamorfoses profundas na geografia política.

KJELLÉN, com sua doutrina organicista, justifica o fenômeno, emprestando às fronteiras o conceito de epiderme do organismo estatal, expandindo quando este cresce e refluindo quando este encolhe. SUPAN, aceitando a doutrina de RAT-

ZEL, afirma que "a fronteira atual de um Estado é sempre o resultado de uma fase de sua evolução".

Para BACKHEUSER "o estabelecimento de fronteiras é um ato de vontade humana, pois decorrente do desejo de, pelo menos, um dos confrontantes, teoricamente dos dois, e muitas vezes de terceira potência poderosa, interessada no retalhamento e recomposição dos Estados menores. Em qualquer caso, é um ato de vontade, individual ou coletiva".

A extrema mutabilidade das fronteiras pode ser observada nos países europeus, particularmente na primeira metade deste século. Na EUROPA, ressurgiram antigos países (LITUÂNIA e FINLÂNDIA), surgiram países antes inexistentes (TCHECO-ESLOVÁQUIA e IUGOSLÁVIA), retalharam-se impérios (AUSTRO-HÚNGARO), ampliaram-se territórios (POLÔNIA), e tantas outras modificações se processaram por força de guerra e de tratados de pós-guerra. Mas, há também o deslocamento da linha fronteiriça sem guerra, por efeito de pressão política. É a pressão do mais forte, cujos argumentos de direito são melhor estudados e melhor apresentados. Há a pressão sobre o país confinante, mas há também sobre outros países seus aliados ou ligados por interesses comuns.

SUPAN, com o seu espírito alemão, procurou dar uma expressão matemática a essa pressão, e o fez apresentando um quociente de pressão demográfica assim traduzido:

$$Q_p = \frac{\text{População do Estado A}}{\text{População do Estado B}}$$

Segundo SUPAN, obtidos os números representativos do quociente de pressão com cada Estado vizinho, pode um Estado organizar uma tabela das ameaças latentes a que estaria sujeito. O exemplo de SUPAN pode ser tomado apenas sob o aspecto didático, além de ser parcial, pois só considera a pressão demográfica, excluindo outras pressões válidas (militar, econômica, cultural, ideológica), não leva ainda em conta que, mesmo na pressão demográfica, influem outros fatores preponderantes, além do quantitativo (população numérica), quais sejam a cultura e o grau de desenvolvimento sócio-econômico dessa população.

Tendem os geopolíticos da escola alemã como RATZEL, KJELLÉN, MAULL, SUPAN e outros, a emprestar caráter determinista às suas doutrinas.

d. Fronteiras Aéreas

Esta matéria é regulada no âmbito internacional pela Convenção de Aviação Civil Internacional (Convenção de CHICAGO), ratificada pelo BRASIL em 08 Jul 46, cujos artigos 1º e 2º estabelecem:

"Art. 1º — SOBERANIA — Os Estados contratantes reconhecem ter cada Estado a Soberania exclusiva e absoluta sobre o espaço aéreo sobre o seu território".

"Art. 2º — TERRITÓRIOS — Para fins da presente Convenção, considera-se como Território de um Estado a extensão terrestre e as águas territoriais adjacentes, sob a soberania, jurisdição, proteção ou mandato do citado Estado".

No âmbito doméstico, ou seja, no BRASIL, o mesmo assunto é regulado pelo Código Brasileiro do Ar — Decreto-lei Nr 32, de 18 Nov 66, com alterações consubstanciais no Decreto-lei Nr 234, de 28 Jan 67, onde se encontra estabelecido:

"Art. 1º — O direito aéreo é regulado pelas Convenções e Tratados que o BRASIL tenha ratificado e pelo presente Código".

"Art. 2º — O BRASIL exerce completa e exclusiva soberania sobre o espaço aéreo acima de seu território e respectivas águas jurisdicionais".

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos no correr desta Nota Suplementar, a terra (meio físico) sempre teve uma influência muito grande no destino do homem, assim como o país no dos povos e, juridicamente falando, o território no destino dos Estados.

Essa influência se traduz através de vários fatores, entre os quais se destacam, como principais, a forma, a extensão, a posição, a altitude, o clima e a cobertura vegetal. Esses fatores geográficos "condicionam, estimulam e dinamizam a vida dos povos" (MALAGRIDA).

No palco da eterna luta entre o homem e o meio ambiente, entrechocam-se as qualidades do homem e as condicionantes da terra. O estudo do homem situa-se no campo da psicologia individual e coletiva (raças). Mas, na psicologia do homem influi também o meio físico, assunto sobejamente estudado pelos tratadistas da Geografia Humana, entre os quais se destacam GOBINEAU, LAPOUGE, HUNTINGTON, BUCKLE. Essa influência das condições geográficas sobre a "psyché" humana já ultrapassou as paragens científicas e difundiu-se em versões populares: diz-se que o homem da montanha é triste, fechado, desconfiado, enquanto o homem da costa, que vive à beira-mar, é alegre, aberto e otimista; que a "psyché" do homem da planície (gaúcho) é ampla, como os espaços que domina, e a do montanhês é defensiva, porque tem o seu horizonte fechado pelas serras que compartimentam o seu "habitat".

Os oceanos e mares desempenham, também, um papel importante na facanha do homem na TERRA. Essa relevância das águas salgadas no contexto global não deve ser minimizada, uma vez que 70% da superfície do planeta é coberta por oceanos e apenas 30% por extensões continentais, além do fato de a ciência e a tec-

nologia, cada vez mais nos dias de hoje, capacitarem-se para extrair recursos de toda a ordem, do mar e do fundo do mar.

O tema da enorme superação das extensões marítimas sobre as continentais vem sendo cogitação de sociólogos, geógrafos e geopolíticos, desde muitos anos, gerando doutrinas de poder diversas. O norte-americano MAHAN, em "The Influence of Sea Power Upon History" (1890) pode ser considerado o precursor da Doutrina de Poder Marítimo, ensinando aos ingleses a teoria daquilo que eles vinham fazendo há muitos anos. MACKINDER, inglês, filho de uma nação marítima por excelência, foi o autor de uma das mais importantes obras sobre o Poder Continental ou Poder Terrestre, "The Heartland", o coração do mundo, localizando o centro continental no centro da massa euro-asiática.

O desenvolvimento e os progressos da Aeronáutica já deram nascimento a uma Doutrina de Poder Aéreo, cuja idéia pioneira se encontra nos livros de DOUHET, MITCHELL e SEVERSKY e já se esboça a tentativa de abrir um novo campo na Geopolítica — o da Aeropolítica.

O Gen GOLBERY ("Geopolítica do BRASIL") dedica parte importante de sua obra ao estudo do fenômeno histórico da lealdade do homem às causas que o atraem e, muitas vezes, o apaixonam. Analisa o autor as lealdades ao burgo, ao senhor feudal, ao rei, ao líder religioso, ao seu povo, às idéias (ideologias), para terminar afirmando: "Hoje subsiste a nação como polarizadora suprema dessa lealdade, sem a qual o homem nem mesmo seria homem, incapaz de transcender-se abnegadamente, nos sacrifícios mais heróicos, reduzindo a um egotismo esterilizador e anti-social.

Vivemos ainda, para o bem maior ou para a maldição irremediável da humanidade — em que pesem as esperanças redentoras — a era do nacionalismo, isto é, da lealdade máxima do cidadão consagrada à nação".

Todas as teorias e doutrinas da Geopolítica — conselheira de soluções ou meta política, conforme a posição possibilista ou determinista de seus autores — resultam, segundo o Gen MEIRA MATTOS, numa só — a do "desafio e da resposta" de ARNOLD TOYNBEE. "A geografia condiciona, dificulta, sugere, inspira, estimula, enfim apresenta os seus desafios; caberá ao homem responder a esses desafios. Ou responde e os supera, ou não responde e é derrotado".

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Ten Cel Carlos Athaydes de Lima. A Importância Geopolítica da África na Atual Conjuntura Mundial, Rio, PUC, Monografia, 1976.
- BACKHEUSER, Everardo. "Geopolítica e Geografia Política". In: Revista Brasileira de Geografia, Rio, Nº 1, 1942.
- BAPTISTA, Maj Ruy Cavalcanti. Noções de Geopolítica. Resende, Ed AMAN, 1963.
- DIX, Arthur. Geografia Política. Rio. Ed Labor.

- GODOLPHIM, Maj Waldyr da Costa. "A Geopolítica e a Estratégia Mundial". In: Mensário de Cultura Militar. Rio, 1954.
- GRAÇA, Ten Cel Jayme Ribeiro da. A Geografia na Política Externa. Rio, Ed BIBLIX, 1952.
- MATTOS, Gen Carlos de Meira. Brasil — Geopolítica e Destino. Rio, Ed BIBLIX, 1975.
- "A Geopolítica e a Teoria da Forma e do Espaço dos Estados". In: Revista Militar Brasileira. Rio, Nº 3/4, Jul/Dez, 1974.
- RODRIGUES, J. C. "Expansão e Cerco". In: Jornal do Brasil, Rio, 22 de fevereiro de 1976, I, 19.
- SILVA, Brig João Mendes da. "Escolas e Teorias Geopolíticas". In: Defesa Nacional, Rio, Junho, 1959.
- SOUZA, Gen Mozart de Andrade. "Origens e Fundamentos da Geopolítica". In: Revista do Clube Militar, Rio, Nº 131, 1954.
- TOSTA, Ten Cel Octávio. Teorias Geopolíticas. Rio, Ed ECEMAR, 1964.
- TRAVASSOS, Mar Mario. "O Poder Nacional — Seus Fundamentos Geográficos". In: Defesa Nacional, Rio, outubro, 1959.